TRT 15ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO

Evento	Reunião do Comitê Local de Gestão de Pessoas

Data	31/3/2023
Horário	14h30
Local	Telepresencial – *Google Meet*
Presentes	Desembargadora Luciane Storer Desembargadora Eleonora Bordini Coca Juíza Ana Cláudia Torres Vianna Juíza Márcia Cristina Sampaio Mendes Carlos Eduardo Buzan Larica Paula Toniatti Iara Cristina Gomes Ivan Bagini.
Ausências justificadas	Juíza Regina Rodrigues Urbano (titular indicada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região – AMATRA XV)

Pauta / Assuntos	1. PROAD n. 12340/2022 - Demandas da Oficina de Participação Feminina - inviabilidade de duchas higiênicas - Para ciência e validação. 2. Secretários de Audiência 3. Assuntos Gerais

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, Coordenadora do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Deu início aos assuntos propostos, de acordo com a pauta compartilhada anteriormente pelo Google Agenda.

1. PROAD n. 12340/2022

Dra. Luciane explicou que este PROAD trata de demanda das terceirizadas para que banheiros tivessem duchas higiênicas. Esclareceu também que houve parecer médico no sentido de que não seria possível realizar a limpeza e garantir que não houvesse contaminação por ser de uso coletivo. Por isso, não foi possível a implantação do projeto e o Comitê recebeu ciência, por ter originado a proposta a partir de Oficina de Participação Feminina.

Após a explanação do objeto do processo e da decisão presidencial pela inviabilidade de adoção da demanda pela Exma. Coordenadora, o Comitê validou e ficou ciente do resultado.

2. Secretários de Audiência

O próximo assunto debatido foi sobre os secretários de audiência, a partir de demanda do Sindiquinze.

Dra. Luciane relatou que a Corregedoria encaminhou um levantamento de que há 112 Varas do Trabalho em criticidade com relação aos secretários de audiência. São 112 vagas do segundo secretário, sendo que há metade de FC04 para atribuição

correspondente, mas outra metade não dispõe de Função Comissionada. Por enquanto, não há servidores disponíveis para esses cargos, não há mão-de-obra.

No entanto, como há 203 cargos a serem nomeados, Dra. Luciane sugere levar pedido à Administração para que sejam contempladas essas Varas do Trabalho com os secretários de audiência.

Dra. Ana Claudia Torres Vianna explicou que, com a criação das secretarias conjuntas nos Fóruns Trabalhistas, tem sido resgatado o trabalho do secretário de audiência, incluindo montar pauta, pré-pauta, auxílio aos magistrados, pós-pauta. Tenta-se, com essa unificação, que o servidor com FC04 atenda o juiz e acompanhe as audiências em três dias na semana e, nos outros dois dias, que cuide das tarefas de pré e pós-pauta. Enquanto isso, o servidor com FC02 atende o segundo magistrado da Vara (juiz fixado).

No entanto, não há servidores que queiram ser secretários de audiência atualmente, alguns manifestam desejo de sair ou problemas de saúde - por imprevisibilidade de horários, pressão e tratamento recebido - e a esperança é a nomeação desses novos servidores.

Há necessidade de atribuir mais atenção para criar condição no ambiente de trabalho para mais servidores aceitarem a função, além de não se trabalhar mais no limite de não poder haver um afastamento médico, cuidando inclusive de prevenção a doenças mentais.

Dra. Márcia Cristina Sampaio Mendes completou, relatando que há cerca de 12 audiências por dia, com vários incidentes, ainda que não envolvam o juiz. Na 5ª VT de Ribeirão Preto, por exemplo, contou que tem digitado as audiências, por falta de secretários atualmente.

Apontou que o fato de haver muito rodízio entre juízes substitutos nas unidades, causa mais dificuldade de manutenção de horário de trabalho, afasta a vontade de desempenho da tarefa aos servidores.

Dra. Ana Claudia ponderou, ainda, que o Projeto Especializa e Equaliza procura dar uniformidade, mas enfrenta resistência de servidores ao atribuir mais tarefas que eles antes não tinham.

Ivan Bagini concordou com a exposição que retratou a questão da falta das FCs e as reclamações existentes. Agradeceu o relato e a proposta da Dra. Luciane. Sugeriu também que seja solicitada a nomeação de novos servidores para os cargos de secretários de audiência, bem como disponibilização de Funções Comissionadas e horários definidos.

Iara Cristina Gomes apontou que a ideia de direcionar servidores para o cargo de segundo secretário de audiência pode ser medida paliativa, porque há necessidade de estabelecimento de mudanças reais, como a definição de horário de jornada e o tratamento recebido por esses servidores pelos juízes. Opinou que os novos servidores necessitam de ambientação, de maior conhecimento sobre as fases do processo e sobre a dinâmica de trabalho.

Paula Toniatti demonstrou que a Gestão de Pessoas conhece e acompanha os problemas atuais dos secretários de audiência, que é uma função que não existe mais a partir da implementação da Resolução CSJT 296/2021, que mudará para assistente de Vara, que será o servidor que poderá secretariar as audiências. Um dos grandes desafios é a insuficiência de servidores. Relatou que o Presidente do Tribunal definiu que 100 servidores a serem nomeados irão para o 1º Grau.

Em relação à Função Comissionada, o mapeamento do Tribunal aponta a possibilidade

de disponibilizar FC04 para os secretários de audiência, desde que não haja mais FC02 (aproximadamente, ainda há 400 FCs02 nas Varas do Trabalho). Explicou que a estrutura do 1º Grau não atende a Resolução 296 nesses aspectos.

A preocupação é a de que, se houver avanço para as FCs04, haverá problema para a transformação de funções comissionadas, levando à consequente retirada de FC02 de outros servidores.

Carlos Eduardo Buzan Larica manifestou receio quanto à qualidade de vida no trabalho, além das demandas pelas nomeações e pelas funções comissionadas.

Dra. Luciane e Dra. Ana Claudia sugeriram recomendar que o limite de horário de 6 horas de digitação seja observado e as audiências não ultrapassem às 18h, como está na CLT, e com exercício de função de maneira mais saudável.

Dra. Eleonora questionou sobre o trabalho exaustivo do serviço de secretariar audiências e se no Projeto Equaliza há necessidade de manutenção de tarefas como pré-pauta e pós-pauta, demonstrando preocupação com sobrecarga de trabalho. Propôs que as tarefas de pré-pauta e pós-pauta sejam realizadas por outros servidores ou diluídas entre os servidores da unidade.

Sugeriu uma roda de conversa com os magistrados sobre a relação e o tratamento em relação aos servidores dessas funções.

Dra. Ana Claudia sugeriu a utilização de estagiários para montagem de planilha sobre os filtros do processo, para posterior auxílio, organização e supervisão do servidor no pré-pauta, com acompanhamento e direção prévia pelo juiz.

Carlos Eduardo e Dra. Luciane sugeriram que se reitere a recomendação à Administração de edição de Portaria GP-CR ou ato normativo que defina limites para o serviço dos secretários de audiência e que não se ultrapasse o horário das 18h, ou que seja novamente divulgada e disseminada a observância de recomendação anterior nesse sentido.

Dra. Luciane propôs recomendar também que os novos servidores a serem nomeados passem inicialmente por ambientação nas Varas.

Paula ponderou que os novos servidores prestem auxílio, mas não necessariamente vinculados a secretariar as audiências se não forem designados como assistentes de VT. Mencionou também a existência do Provimento GP-CR nº 007/2022, que regulamenta o funcionamento das Secretarias Conjuntas de Varas do Trabalho e dá outras providências. Indagada pela Dra Luciane, esclareceu que essa estrutura não está de acordo com as Resoluções do CNJ e CSJT, sem própria do TRT, que necessitará de demanda perante esses órgãos, demonstrando Dra Luciane preocupação com possível perda de histórico dos servidores lotados em órgãos inexistes para os extratores de dados.

O Comitê aprovou que a jornada máxima recomendada seja de seis horas, com intervalos constantes da Recomendação GP - SS Nº 001/2021, que os horários das audiências não ultrapassem às 18h, que os estagiários possam auxiliar os servidores e os magistrados na confecção de planilhas e anotações de dados processuais previamente orientados, que o Comitê renove mensalmente o envio da mencionada Recomendação por e-mail e que se solicite a autorização da Presidência para acionar a Comunicação Social para elaboração de posts sobre os intervalos de descanso e a limitação de jornada, que sejam adotadas as rodas de conversa com os juízes sobre trato e urbanidade em audiências.

O Comitê deliberou por se colocar à disposição da Administração no auxílio da confecção

de minuta de Portaria GP-CR com todas as recomendações acima apontadas.

3. Assuntos Gerais

- PROAD 28898/2022 – trata de recomendação referente à implantação de Secretarias Conjuntas nos Fóruns.

Dra. Luciane questionou se os grupos de e-mail foram alterados, para recebimento das comunicações do Tribunal. Paula explicou que o problema foi resolvido, com os novos e-mails e acessos pelas novas lotações. Comitê ficou ciente.

- Sistemas de dados administrativos:

Mostrou-se preocupação com cargas dos servidores e desafio para encontrar solução que permita que o histórico de dados de servidores do TRT15 seja carregado no sistema nacional do CNJ.

Comitê solicitou providências da Secretaria de Gestão de Pessoas.

- PROAD 31655/2022 – Sobre remoção de servidor que enviou e-mail ao Comitê, mas sem requerimento.

Comitê não precisará de providências, diante da informação da Secretária de Gestão de Pessoas de que a remoção será realizada provavelmente na semana de 10 de abril.

- Projeto Justiça Restaurativa nas Turmas e VT Itapeva

Dra. Eleonora explicou que fez o projeto com Lara e Dra. Luciane comprometeu-se a enviar ao Comitê o projeto por e-mail ou WhatsApp, para validação.

- Campanha do Machismo Estruturado

Dra. Eleonora solicitou que o Comitê dê início à divulgação da campanha que já está pronta. Dra. Luciane sugeriu que a campanha seja realizada em conjunto entre o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e o Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Etnia e Diversidade e de Tratamento em relação à Pessoa com Deficiência. Comitê aprovou.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16h, ficando agendada a próxima reunião para o dia 28/4/2023, às 14h30.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	4/4/2023
Ata aprovada por	Desembargadora Luciane Storer Coordenadora do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas	Em	5/4/2023